

Investigando os núcleos figurativos como metáforas

Tarso Bonilha Mazzotti

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo; Professor Titular de Filosofia da Educação pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - Faculdade de Educação

Jornada Internacional sobre Representações Sociais: Teoria e Aplicações. Nata (RN), 25-28 de novembro de 1998. Trabalho completo apresentado no Grupo de Trabalho n. 9.

Resumo

O artigo sustenta que núcleos figurativos das representações sociais podem ser vistos como resultantes de metaforizações ou como constituídos por metáforas, e propõe que se utilize, em sua investigação, os procedimentos de usuais na retórica. A análise das metáforas requer controles como os fornecidos pela análise do discurso, em particular pelas técnicas hermêuticas, e pelos estudos semânticos desenvolvidos pelos lingüistas, contidos nos dicionários semânticos. Essa metodologia permite que se compare as metáforas que circulam, tanto nas comunicações científicas como não-científicas, com vistas a determinar os processos de distorção, desfalque e suplementação de elementos da representação, característicos da objetivação (Jodelet, 1989). A investigação dos núcleos figurativos por meio da metodologia proporcionada pela retórica permite que se determine as metáforas e suas relações, segundo a eficácia dos discursos para os grupos aos quais se dirigem.

Introdução

Considerando que uma ‘representação social’ (Moscovici, 1978) se constitui por meio de conversações/argumentações sobre ‘algo’, e que este ‘algo’ se estabelece no grupo social por meio de uma coordenação de predicados, tem-se que o ‘objeto’ daquela representação é um conjunto predicados, ou ‘o que se pode fazer’, segundo as cognições, valores, afetos de um determinado grupo social (Piaget & Garcia, 1987, p. 144). Este conjunto, estabelecido por meio da atribuição de predicados, ou categorias, é engendrado pelo ‘transporte’ de significações prévias ao ‘novo objeto’, ou pela metaforização, a qual se encontra no centro de toda e qualquer forma de argumentação.

Esta maneira de compreender as ‘representações sociais’ pode parecer surpreendente. No entanto, esse entendimento encontra apoio no trabalho de Moscovici & Vignaux (1994), no qual os autores propõem que entendamos as ‘representações sociais’ a partir do conceito de *themata*. Se, como propõem, os ‘temas’ são ‘idéias-fontes”, ou ‘conceitos-imagens’, somos levados a concluir que o ‘núcleo figurativo’ das ‘representações sociais’ é constituído por figuras de retórica, especialmente a metáfora. É o que, inicialmente, procurarei demonstrar.

O caráter dos themata na proposta de Holton

Quando Moscovici & Vignaux sustentam a pertinência do conceito de *themata* para as investigações das ‘representações sociais’, mostrando que os ‘conceitos-imagens’ são ‘lugares’, ou *topói*, dos processos argumentativos, estão recuperando, para a teoria das representações, as formas retóricas codificadas por Aristóteles. De fato, os *topói*, ainda que tenham origem não-aristotélica, constituem um momento de sua Retórica¹, na qual ele os classifica e mostra suas relações nos processos argumentativos, ou dialética. Apenas para recordar, há ‘luga-

¹ Aristóteles examinou extensamente os *topói* na obra intitulada *Tópicos (Topica)*, que integra o *Organon*, ou lógica de Aristóteles. O propósito declarado dos *Tópicos* é examinar os modos de raciocinar dialético, na acepção original de ‘processos indutivos’, ou seja, as formas legítimas de encadeamentos do pensamento a partir das opiniões geralmente aceitas.

res' clássicos como o da 'quantidade' e 'qualidade', do 'contínuo' e do 'descontínuo' ou 'discreto', do 'preferível' e do 'não-preferível', que engendram debates e estabelecem silogismos retóricos —entimemas—, desde que os participantes considerem que suas premissas são plausíveis.

Gerald Holton —historiador das ciências, no qual se baseiam Moscovici & Vignaux— sustenta que os topói são themata que organizam as argumentações científicas desde os tempos primeiros, e acrescenta que a análise temática está vinculada ao esclarecimento do diálogo que se dá no âmbito de cada ciência. Para ele, a análise temática parece estar relacionada com “a natureza dialética da ciência como atividade pública que busca o consenso” (Holton, 1982, p. 27). É notável que a 'busca de consenso' —a homonóia dos sofistas— é a atividade por excelência dos oradores, os quais procuram realizar a persuasão, ou convencimento, pela palavra (sobre os diversos contextos retóricos ou argumentativos, ver, por exemplo Perelamn & Olbrecht-Tyteca, 1996).

Tomemos o contexto particular da dialética, ou do diálogo, próprio das ciências, no qual se supõe um 'auditório universal' que delibera sobre a pertinência dos argumentos apresentados. Neste caso, no contexto deliberativo que tem por auditório todos e cada um, reconhece-se algum auditor autorizado e o diálogo segue as normas desse grupo de auditores/oradores, estabelecendo-se as condições nas quais certas evidências são consideradas aceitáveis. Estas evidências aceitáveis constituem a história social do grupo dos cientistas de uma dada ciência. Para Holton, nesses contextos, os pares antitéticos 'hierarquia' e 'unidade', 'reducionismo' e 'holismo', por exemplo, têm um papel relevante na organização dos discursos, uma vez que engendram as argumentações em contrário. Por exemplo, quando alguém argumenta a partir da afirmação de premissas que sustentam o 'contínuo', seu adversário procura mostrar sua implausibilidade e afirma o 'descontínuo' ou 'discreto', como nos paradoxos de Zenon de Eléia. Dessa maneira, para Holton, os themata são idênticos aos topoi ou lugares da argumentação que se efetivam no auditório universal próprio das ciências.

Haveria, de fato, identidade entre os topói e os themata?

Holton identifica os themata e os topói, mas em sua argumentação utiliza exemplos de situações nas quais aparece uma figura retórica, não os topói, ainda que estes se encontrem no interior daquela figura, como não poderiam deixar de estar.

Tomemos a análise que Holton faz de um artigo de Steven Weinberg, no qual este físico justifica as “teorias unificadas da interação de partículas elementares”. Holton assinala que no artigo fica claro que o “mundo é discreto, feito de partículas; ainda que não se duvide das características ondulatórias inerentes a tais partículas, [aquelas] simplesmente não constituem parte da imagem que capturou a atenção e que tem primazia” (Holton, 1982, p. 33). Certamente estamos face ao lugar da 'identidade', ou 'individualização', próprio dos argumentos discretos, no entanto, a organização dessa argumentação tem, ao meu ver, uma outra determinação. Esta outra determinação aparece, para Holton, como um antropomorfismo. Este antropomorfismo está expresso na noção de “vida das partículas”. De fato, como mostra Holton, Winberg se refere a “algumas partículas adicionais, de vida curta”, dizendo, em seguida, que “podemos criar um vasto número de espécies de vida ainda mais curtas” (apud Holton, 1982, p. 35). No mesmo parágrafo, Holton assinala:

A física das partículas elementares algumas vezes é chamada ironicamente de zoologia. Na verdade, [ela] está prenhe de themata que podem ter tido origem, em parte, nas formas de pensamento desenvolvidas antes do investigador ter tomado a decisão consciente de se tornar cientista.

É provável que Holton tenha razão, ou seja, que os pesquisadores mantenham figuras de pensamento anteriores ao seu trabalho como cientistas, mas essas figuras não são os topói, são metáforas, metonímias e sinedoques. Figuras retóricas, ou de argumentação, que realizam um 'desvio' —trópo— de significados com vistas a assimilar o 'novo'. Ken-ichi Seto, da Universidade de Osaka, propôs que consideremos as relações entre estes três trópos como um 'triângulo cog-

nitivo', no qual os vértices da base são a sinédoque (inclusão) e a metonímia (continuidade) e, no vértice superior, a metáfora (similaridade) (Ken-ichi, in *Metaphor and Metonymy Group home page, Abstract and Papers*). Neste caso, a circulação entre estas formas de inferência e argumentação expressaria o processo cognitivo usual, do senso comum ao científico.

Para o que nos interessa, a todos que trabalhamos com 'representações sociais', o que é relevante é a idéia de que os 'lugares' ou topói encontram-se presentes em todas as formas argumentativas, mas são utilizados segundo a metáfora cognitiva que o argumentador considera adequada ao assunto, ou 'objeto'. Dizendo extensamente, os 'lugares' das argumentações —contínuo/discreto; interior/exterior; parte/todo; quantidade/qualidade, e outras— têm significações diversas segundo a metáfora utilizada pelo enunciador. Por exemplo, quando alguém argumenta afirmando o 'todo', o qual subsume as partes, ele pode estar sustentando ou uma tese 'estruturalista', ou, ao contrário, uma tese 'organicista'. Apenas quando compreendemos a metáfora cognitiva na qual o orador ancora o 'tema' —neste caso, parte-todo— podemos determinar qual é o caso. No exemplo, uma tese estruturalista pode estar ancorada nos modelos algébricos como a de Levy-Strauss, a qual está longe de ser organicista, uma vez que não reconhece a estrutura como expressão de uma função, no sentido biológico do termo. Por outro lado, uma tese organicista considera que a função produz a estrutura, como é o caso da teoria evolucionista de Lamarck. O 'análogo', ou a metáfora analógica, na qual o orador sustenta seus enunciados, indica as prioridades dos topói, logo de suas relações.

Barbara Cassin, em um estudo sobre os modos de pensar gregos, mostrou que em Platão a metáfora fundamental para a 'vida da cidade', ou 'política', é orgânica, enquanto que em Aristóteles, como nos sofistas, é a de um 'pic-nic'. Nestes dois casos, a homonóia, que tem sido traduzida por 'consenso', modifica radicalmente conforme a metáfora em uso. Para Aristóteles a homonóia é "o estado de equilíbrio produzido pelo exercício, levado até seu extremo, da singularidade e interesse egoísta: [na qual] a mescla democrática tira partido de seus defeitos" (Cassin, 1994, p. 101). Enquanto que, para Platão/Sócrates, a homonóia é um equilíbrio estabelecido entre as partes, no qual a "cidade/alma funciona como o corpo" (Cassin, 1994, p. 95). Embora estes exemplos tenham origem nos debates próprios da filosofia, eles mostram com maior acuidade que os lugares, como parte-todo, ganham significados diversos segundo a metáfora que os organiza.

Suponho que estas observações possam ser suficientes para justificar a afirmação que fiz anteriormente ao dizer que as metáforas cognitivas organizam as representações, determinando o papel dos lugares ou topói. Se assim for, então os themata —que Holton e, depois, Moscovici e Vignaux consideraram serem centrais nas representações— são subordinados às metáforas que os operam.

O caráter das metáforas

A metáfora não é apenas uma figura de estilo, ou um ornamento dos discursos, mas uma forma de assimilação do novo, logo, como sustenta Paul Ricoeur (1992, p. 148), "não é um enigma, mas a solução do enigma". O enigma que a metáfora soluciona é o 'novo objeto' que é imediatamente desconhecido e que deve tornar-se conhecido pelos membros de um grupo social.

O processo de metaforização estabelece os predicados do 'sujeito' —*subjectum*² —, ou 'objeto' posto para os membros do grupo social. Podemos compreender a predicação como sendo 'o que se pode fazer', referindo-se, portanto, às práticas sociais correntes no grupo social. Por essa via, podemos investigar as lógicas envolvidas no processo predicativo definidor uma dada representação social. Além disso, ao considerar que a metaforização é o mesmo que predicar as condi-

² Cumprer recordar que 'sujeito', originalmente, é 'o que está jogado abaixo' —*subjectum*—, o que se subordina ao predicado. Na modernidade o 'sujeito', agora confundido com 'o homem', é predicado e se predica, no duplo movimento de ser subordinado pelas condições ou circunstâncias e subordinar as circunstâncias aos seus interesses de sujeito livre.

ções dos objetos, tem-se que ela envolve representações anteriores sobre as ações, tanto das pessoas quanto das ‘coisas’, quer sejam outros grupos sociais, animais, objetos inanimados ou objetos conceituais. Exatamente por isso, uma metáfora é, ao mesmo tempo, um produto, resultado de um processo, e o processo pelo qual o ‘novo’ é assimilado nas representações prévias. O processo de metaforização se faz pela transformação do ‘objeto’ em algo que se apresenta como uma ‘imagem’, materializando-o na forma inteligível para o grupo social, a qual é o ponto de apoio ou âncora das significações postas na metáfora. Pode-se dizer que o processo de objetivação descrito por Jodelet (1989) é o mesmo da metaforização. Posso sustentar, então, que as metáforas organizam as representações, logo os processos cognitivos e afetivos que assimilam o ‘novo’ e dão continuidade às representações que circulam nos grupos sociais.

Wayne C. Booth (1992) considera que, em nossos dias, não temos como definir a metáfora, uma vez que a palavra foi tornada ambígua face à multiplicidade de pontos de vista filosóficos que a envolvem. Sugere, então, que façamos taxionomias, evitando “definições únicas e estáticas para esse conceito ‘essencialmente contestado’” (p. 175). Os especialistas no estudo das metáforas têm sustentado que qualquer metáfora será sempre alterável, segundo o contexto no qual é enunciada, bem como pelo uso da ironia que inverte o seu significado, o que ela diz e o que ela faz na enunciação. Além disso, é preciso considerar que o emissor da metáfora procura controlá-la, estabelecer um ‘vínculo’ que é parte de seu ‘sentido’. Assim a interpretação da metáfora “será sempre mais intensa (no mais não havendo diferenças) do que o compromisso com o que pensamos ser não-metafórico (para alguns, aquilo que é literal; para outros, o que é comum) (Booth, 1992, p. 175). A interpretação da metáfora, portanto, depende tanto do emissor quanto do auditor, uma vez que este pode não a reconhecer como tal, tomando-o em sua literalidade. Um exemplo, fornecido por Quine, expressa essa situação no âmbito da teoria molecular dos gases. Na ocasião em que se propôs esta teoria utilizou-se uma metáfora na qual

um gás foi comparado a um enxame de corpúsculos terrivelmente pequenos. A metáfora era tão oportuna que foi literalmente aceita como verdade e tornou-se, de imediato, uma metáfora morta: os imaginários corpúsculos passaram a ser entendidos como reais e a palavra ‘corpúsculo’ passou a designar todos eles (Quine, 1992, p. 161).

Este exemplo expressa, de fato, o papel organizador e persuasivo de uma metáfora adequada, ou boa, em determinado contexto, tão valiosa que se torna literal, seria melhor dizer: objetivada, materializada, ou reificada.

No caso anterior nos encontramos frente a uma outra característica do uso das metáforas, aquele do contexto retórico, o qual põe em presença a sua função epistemológica, uma vez que a retórica não pode ser isolada desse seu aspecto epistêmico. Acompanho, aqui, Paul de Man ao sustentar que se é “absurdo perguntar se um código é verdadeiro ou falso”, por outro lado, “é impossível evitar essa pergunta quando os tropos estão envolvidos” (de Man, 1992, p. 33), o que é sempre o caso quando se trata de metáforas. Por isso, de Man salienta que sempre que se reprime a questão da veracidade ou falsidade de um tropos, como a metáfora, seus padrões são reintroduzidos no sistema de pensamento

sob o disfarce de categorias formais como polaridade, recorrência, economia normativa, ou em tropos gramaticais, como a negação e a interrogação. Voltam sempre a ser sistemas totalizantes que tentam ignorar o poder desfigurador da figuração. Um bom semioticista não demoraria muito a perceber que é, na verdade, um retórico disfarçado (de Man, 1992, p. 33).

A partir de sua posição filosófica de Man considera a necessidade de se fazer uma história da retórica antes de se buscar estabelecer uma retórica da história, ou da literatura, ou da crítica literária, uma vez que, para ele, a retórica é uma disciplina epistemológica, no que coincide, em certa medida, com Perelman & Olbrecht-Tyteca.

A evidência de que a retórica é uma disciplina epistemológica aparece quando se examina a falácia petição de princípio, que consiste em postular o que se quer provar. Perelman & Olbrecht-

Tyteca mostraram que na lógica formal a acusação de petição de princípio não tem sentido, pois toda dedução formalmente correta é uma petição de princípio. Desse modo, a petição de princípio não se refere à verdade dos enunciados, porém à adesão dos interlocutores às premissas do argumento que postula o que quer enunciar, logo são aceitas em um contexto de argumentação e não no da demonstração. (Perelman & Olbrecht-Tyteca, 1996, p. 127.)

Nesse caso, o erro retórico está em usar, por exemplo, um argumento *ad hominem*³ quando ele não é utilizável, uma vez que supõe que os auditores já concordaram com a tese que o orador pretende demonstrar.

A crítica dos tropos, particularmente das metáforas, é uma atividade própria das argumentações que buscam estabelecer certo consenso em um auditório universal. Neste contexto universal desenvolvem-se os procedimentos argumentativos com base em evidências estabelecidas ao longo da história, como Holton, Moscovici e Vignaux assinalaram ser o característico das “ciências públicas”. Por certo, nas investigações das representações sociais, não nos comprometemos com a realização da crítica das metáforas, mas com sua exposição com vistas a mostrar o seu papel organizador das práticas de um grupo social.

³ Os argumentos *ad hominem* são os que tomam por premissas as crenças, valores, interesses de um grupo social, para estabelecer uma pseudo-conclusão que é a reafirmação daquelas opiniões. A argumentação *ad hominem* é um caso de argumentação persuasiva que se apóia na petição de princípio, não sendo admissível nas argumentações que tratam da verdade dos enunciados. Ver Perelman & Olbrecht-tyteca, 1996, p.125-129.

Investigando as metáforas

Todos os que têm examinado o problema da ‘metáfora’ e da ‘metaforização’, compreendem que o característico das metáforas é o desvio de significado engendrado por elas. Quine (1992), considera que

A metáfora, ou algo semelhante, governa tanto a aquisição quanto o desenvolvimento da linguagem. O que vem a seguir como refinamento é mais um discurso cognitivo, no seu sentido mais literal. Os avanços internos da ciência, cuidadosamente elaborados, constituem um espaço vazio na floresta tropical, criado com a eliminação dos tropos. (p.162.)

Caso consideremos que o processo de refinamento conceitual das ciências é o da busca inatingível do “espaço vazio na floresta tropical, criado com a eliminação dos tropos”, então as ciências procurariam realizar o grau zero de metaforização. Por mais relevante que seja a discussão da factibilidade da “eliminação dos tropos”, proposta por Quine —que de fato segue a posição de Locke— posso deixá-la de lado. Isso porque meu tema é bem outro, é o da identidade entre o ‘núcleo figurativo’ e as ‘metáforas’.

Afirmo que as metáforas têm identidade com o núcleo figurativo das representações porque ambos resultam do mesmo processo de desvio —tropos— de significados, ou os de desfalque, distorção e suplementação como propõe Jodelet (1989). Além disso, tanto as representações sociais como as metáforas, o são para um dado grupo social, ainda que possam ser ‘traduzidas’, de alguma maneira, por outros.

Essa asserção não acarreta a subsunção da teoria das representações sociais à teoria das metáforas, mesmo porque estas últimas são tentativas mais ou menos formais que apelam, em algum momento, para alguma psicologia. De fato, ao se postular que o ‘contexto social’ é determinante na interpretação das metáforas, os metaforistas —teóricos das metáforas— são levados a supor alguma explicação psicológica e, nesse movimento, apóiam-se ou em alguma teoria científica, ou procuram estatuir uma (cf., por exemplo, Don R. Swason, 1992; Howard Gardner e Ellen Winner, 1992). Parece-me que a teoria das representações sociais apresenta-se com as credenciais necessárias ao estabelecimento de uma teoria da metáfora, não o inverso, já que as representações sociais, enquanto produtos e processos, expressam as significações que circulam

em um dado grupo social, no qual se estabelecem as metáforas, as quais são reconhecidas pelos membros do grupo.

Seria factível parafrasear as metáforas?

Caso se considere que os núcleos figurativos das representações sociais são constituídos por uma ou mais metáforas, estas entendidas como sentenças com significado para o grupo, então será preciso definir as técnicas de investigação que permitam parafraseá-las.

A parafrase de metáforas é factível, mas por ela se perde muito do significado original, como ocorre nas traduções de poesias e outros escritos. Além disso, até onde sei, não há qualquer técnica automática de tradução de metáforas. Estas só podem ser compreendidas integralmente pelos que partilham do mesmo campo semântico, ou, como já foi sustentado, pelos que se encontram no mesmo contexto social. Sendo assim, somos conduzidos a dizer que as investigações das representações sociais tornam-se completamente limitadas à exposição dos materiais que se conhece em um dado contexto social, sendo impossível qualquer enunciado objetivo, ou para além daquele dos grupos produtores e intérpretes das representações. De fato, essa posição cética, acentua o ‘mesmo contexto’ como ‘idêntico’, mas sabemos ser possível entender os enunciados do outro, desde que nos coloquemos em seu lugar, nos tornando ‘o mesmo’ sob certas condições. Não fosse assim, a comunicação seria impossível, como querem os cétricos —Górgias de Leontini, por exemplo— pela variedade psicológica dos indivíduos, os quais nunca têm as ‘mesmas’ experiências. Mas, também sabemos que a comunicação é factível, com maior ou menor grau de sucesso, realizando-se por meio de processos argumentativos ou de diálogo. Por certo, esta maneira de proceder requer uma atitude de abertura para o outro.

Mesmo considerando ser factível parafrasear com algum sucesso as metáforas produzidas por algum grupo social, essa parafrase só pode ser considerada a expressão do grupo quando os membros deste reconheçam a ‘tradução’ como a expressão de suas representações. Este controle da parafrase é fundamental para se possa garantir sua pertinência.

Certamente o problema da investigação das metáforas e suas parafrases não se encontra no controle das mesmas pelo grupo social, mas nos procedimentos que o pesquisador lança mão para reconhecer as metáforas e parafraseá-las.

Como reconhecer as metáforas?

O problema inicial é o do reconhecimento de alguma metáfora, uma vez que ela pode ser uma metáfora adormecida⁴ para o pesquisador e ativa para um dado grupo social. Outras metáforas podem ser tão abertas que o significado dificilmente poderá ser fixado pelo pesquisador. Certamente as metáforas mais facilmente detetáveis são as que têm significado conhecido pelo pesquisador e pelo grupo social.

O processo de reconhecimento das metáforas requer que se as compare nos diversos grupos sociais, até mesmo culturas, entre elas a do pesquisador. Mas, em nenhum caso, temos como automatizar esse procedimento, sendo preciso desenvolver um amplo conhecimento do campo a ser investigado.

Aristóteles, o primeiro a mostrar a função das metáforas na linguagem poética, indicou que ela opera por meio da fórmula A está para B, assim como C está para D: “O cálise está para Dionísio, assim como a armadura está para Ares”. Essa forma geral das metáforas não é, de fato, uma proporção, mas um processo de transferência de significados próximos ou aproximados pelo orador e reconhecido pelos auditores. Aristóteles não considera a metáfora um entimema, mas parte do ‘estilo da expressão’. Dessa maneira, para ele, as metáforas são termos ou palavras. No entanto, em nossos dias, se tem considerado que a produção da metáfora é um processo de

⁴ As ‘metáforas adormecidas’, alguns preferem dizer ‘mortas’, são as que são tomadas como expressões literais de algo. No exemplo dado por Quine, são os ‘corpúsculos’ tomados como sendo ‘algo’, quando eram, inicialmente, uma metáfora. Prefiro usar a expressão ‘metáfora adormecida’ por julgar, com Perelman & Olbrecht-Tyteca, que elas podem parecer ‘mortas’ em certo contexto, mas ‘ativas’ ou ‘vivas’ em outros.

produção de significados. O autor da metáfora, em seu contexto produtivo, estabelece as substituições e identificações de significados que aparecem na forma metáfora. Para mim, esse processo requer quase-induções, ou inferências não formais, que permite a transferência plausível de significados, logo se faz por meio de entinemas. Daí o reconhecimento da metáfora apoiar-se no mesmo processo de quase-indução⁵. Por exemplo, ‘os gases comportam-se como um enxame de corpúsculos’, parte de inferências quase-indutivas postas pelo reconhecimento de um ‘enxame de insetos’. Dessa indução, passa-se para a outra, ‘os gases comportam-se de maneira similar aos exames’, a diferença está no fato de serem constituídos por ‘corpos extremamente pequenos’, logo podemos assimilar o comportamento de um no outro. A persuasão se faz pela aceitação dessa inferência inicial que promove a identidade entre ‘condutas de enxames de insetos’ com as dos ‘corpúsculos’. Nesse sentido, na base do processo de metaforização encontram-se inferências quase-indutivas que têm a forma de entinemas, ou silogismos retóricos, pois o enunciador recorre a premissas plausíveis aos auditores.

⁵ As ‘quase’induções’ foram examinadas por Da Costa (1979; 1997), para quem a ‘indução não formal’ é necessária, por exemplo, “na elaboração de sistema de categorias lógicas” (Da Costa, 1979, p. 66). Nesse sentido, podemos considerar os processos metafóricos como uma predicação quase-indutiva ou de ‘indução não formal’, uma vez que realiza o processo de estabelecimento de categorias.

Tomemos um outro exemplo. A metáfora ‘seleção natural’, criada por Ch. Darwin, tem por operador o acaso, mas circula entre os não-darwinistas tendo por operador ‘alguma causa determinada’, ou seja, não-aleatória, neste caso seu sentido é fundamentalmente diverso do originário. A figura ‘seleção natural’ foi criada por oposição à ‘seleção artificial’, produzida pelos homens, substituindo-se a intencionalidade pela não-intencionalidade, de modo a evitar a postulação de algum agente transcendental. A metáfora ‘seleção natural’, vista como metaforização que se opõe à prática humana de seleção de seres vivos para produzir novos, mostra que esse processo sustenta-se em predicados que são, imediatamente, a expressão do ‘que se pode fazer’, tanto o que os homens fazem e podem fazer, quanto o que a ‘natureza’ faz ou pode fazer.

Em alguns discursos, as metáforas são destacadas por marcadores. Na obra de Darwin, por exemplo, o marcador da metáfora ‘seleção natural’ encontra-se em seu contexto argumentativo, na medida em que se estabelece as semelhanças e as diferenças entre as duas maneiras —artificial e natural— de produzir as ‘novas espécies’.

Em outros casos, os marcadores das metáforas podem estar ausentes, mas os podemos reconhecer por meio do aposto, do complemento nominal, do ponto entre frases sem que haja interrupção do discurso. Muitas vezes, os marcadores são explicitados por comparativos: ‘assim’, ‘da mesma maneira que’, ‘semelhante a’ etc.. Ou então por meio de expressões do tipo: “A imagem que mais me ocorre...”; “para fazer uma comparação”; “a melhor maneira de dizer isto...”; bem como por meio de retificações de frases que negam determinadas características da própria metáfora. Um exemplo, retirado de um texto produzido por Bergson, mostra esses usos:

...não há ser vivo que não se sinta chegar pouco a pouco ao fim de seu rolo de papel; e viver consiste em envelhecer. Mas é também um enrolar contínuo, como o de um fio de pelota, pois nosso passado nos segue, avoluma-se incessantemente com o presente que ele recolhe pela estrada; e consciência significa memória.

Na verdade, não se trata de um desenrolar ou de um enrolar, pois essas duas imagens evocam a representação de linhas ou de superfícies cujas partes são homogêneas entre si e capazes de se sobrepor umas às outras. Ora, não existem dois momentos idênticos num ser consciente. (Apud Cossuta, 1994, p. 134.)

Poder-se-ia argumentar que os textos citados foram —como costuma ocorrer com textos escritos em geral e principalmente os de autores consagrados— cuidadosamente produzidos, pensados, lidos e relidos, com o objetivo de convencer uma dada audiência, o que não acontece na situação de entrevista. De fato, neste caso, o entrevistado é surpreendido pelas perguntas do pesquisador e precisa elaborar seu discurso pressionado pelas restrições que caracterizam as

interações verbais cotidianas, já descritas por Moscovici (1978).

Se é certo que tais diferenças existem, também é certo que, apesar disso, as comunicações cotidianas utilizam os mesmos marcadores, o que nos permite localizar as metáforas nelas contidas. É evidente que, para isso, o pesquisador que busca apreender as representações sociais de um grupo deve privilegiar certas técnicas de coleta de dados.

Nesse sentido, parece-nos recomendável utilizar a técnica de associação como inicial, por seu caráter não condutor de respostas, deixando a entrevista para o esclarecimento do contexto de enunciação. Além disso, seria útil examinar os dicionários semânticos, os quais procuram cobrir os usos das palavras e expressões comuns em determinada língua.

Uma vez determinada a metáfora ou as metáforas que constituem o núcleo figurativo de uma representação, é preciso retornar aos grupos para verificar se eles as reconhecem como as que estruturam seus discursos.

Conclusão

A investigação dos núcleos figurativos por meio da metodologia constituída pela retórica permite que se determine com algum rigor as metáforas e suas relações segundo a eficácia dos discursos para os grupos aos quais se dirigem, agregando-se um controle extra: o da mobilização do grupo segundo as metáforas na qual ancoram as comunicações.

Como então, reconhecer uma metáfora quando não se partilha do contexto dos grupos sociais?

Tudo indica que não temos instrumentos para apreender as metáforas de um grupo que nos seja completamente estranho. Mas, quando somos capazes de nos descentrar e conhecer a cultura do grupo, começamos a ter as condições mínimas para reconhecer suas metáforas. Parece-me que a dificuldade fundamental da investigação do núcleo figurativo das representações sociais está nessa descentração requerida, e na impossibilidade de se ter um sistema automático de tradução dos elementos daquele núcleo, uma vez que estes são metáforas.

Por essa razão sugiro que utilizemos os procedimentos da retórica, os quais permitem expor os silogismos retóricos. Entre eles as definições quase-lógicas usuais nas argumentações como as normativas, descritivas, de condensação e as complexas que combinam as anteriores (cf. Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 238 e seguintes). Além disso, sugiro que na análise das

Referências

- BOOTH, Wayne C., (1992). Dez “Teses” no Sentido Literal. In SHELDON SACHS (Org.) DA METÁFORA. São Paulo: Editora da PUC-SP e Pontes, p. 175-176.
- CASSIN, Barbara, (1994). NUESTRO GRIEGOS Y SUS MODERNOS. ESTRATÉGIA CONTEMPORÁNEAS DE APROPIACIÓN DE LA ANTIGÜEDAD. Buenos Aires: Manantial.
- COSSUTA, Frédéric, (1994). ELEMENTOS PARA A LEITURA DE TEXTOS FILOSÓFICOS. S. Paulo: Martins Fontes.
- DA COSTA, Newton C. A. (1979). ENSAIO SOBRE OS FUNDAMENTOS DA LÓGICA. S. Paulo: Hucite/Edusp (1ª edição).
- DA COSTA, Newton C. A. (1997). LOGIQUES CALSSIQUES ET NON CLASSIQUES. Essai sur les fondements de la logique. Paris: Masson (1ª edição).
- GADNER, Howard & WINNER, Ellen (1992). O desenvolvimento da competência metafórica: implicações para as disciplinas humanísticas. In SHELDON SACHS (Org.) DA METÁFORA. São Paulo: Editora da PUC-SP e Pontes, p. 127-144..
- HOLTON, Gerard, (1982). ENSAYOS SOBRE EL PENSAMIENTO CIENTÍFICO EN LA ÉPOCA DE EINSTEIN. Madrid: Alianza Editorial.
- JODELET, Denise, (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion. In D. JODELET (Ed.) LES REPRÉSENTATIONS SOCIALES. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61.
- KEN-ICHI, Seto (1996) On the Cognitive Triangle: the Relation of Metaphor, Metonymy and Synecdoke. in METAPHOR AND METONYMY GROUP home page, Abstract and Papers
- MOSCOVICI, Serge, (1978). A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA PSICANÁLISE. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MOSCOVICI, Serge & VIGNAUX, Georges (1994). Le concept de thémata. In GUIMELLI, Ch. (Dir.). STRUCTURES ET TRANSFORMATION DE REPRÉSETATIONS SOCIALES. Lou-sanne: Delachaux et Niestlé, p. 25-71.
- PERELMAN, Chaïm & OLBRECHETS-TYTECA, Lucie, (1996). TRATADO DA ARGUMENTAÇÃO. A NOVA RETÓRICA. S. Paulo: Martin Fontes.
- PIAGET, Jean & GARCIA, Rolando (1987). VERS UNE LOGIQUE DES SIGNIFICATIONS. Genève: Murionde, Editeur.
- QUINE, W. V., (1992) Epílogo. In SHELDON SACHS (Org.) DA METÁFORA. São Paulo: Editora da PUC-SP e Pontes, p. 151-162.
- SWASON, Don R. (1992) Rumo a uma Psicologia da Metáfora. In SHELDON SACHS (Org.) DA METÁFORA. São Paulo: Editora da PUC-SP e Pontes, p. 163-166.
- RICOEUR, Paul, (1992). O Processo Metafórico como gognição, Imaginação e Sentimento. In SHELDON SACHS (Org.) DA METÁFORA. São Paulo: Editora da PUC-SP e Pontes, p. 145-160.

